

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Cajita de Vitória Class.: 355

Data: 7 de setembro de 1987 Pg.: _____

Proposta indecente

Discute-se, agora, se a futura Constituição, que se forja nos desvãos do Congresso Nacional deva ser, após promulgada, submetida ao crivo de um referendun popular, através de um plebiscito, onde o eleitorado dirá sim ou não.

Por mais que nos esforcemos, não guardamos ilusões acerca da validade, como instrumento sério e duradouro, da futura Constituição. Através de uma simples carta de princípios normativos de uma sociedade, querem mudar tudo, até o sistema de governo.

Discutia-se, antes da eleição da Assembléia Nacional Constituinte se os seus integrantes seriam eleitos apenas com a missão de elaborar uma nova Constituição ou se também acumulariam as funções legislativas. Como o Brasil é um paraíso de inconsequentes, estabeleceu-

se que o Congresso teria as duas funções e, como tal, aí está.

Para início de conversa, o presidente da República, José Sarney, constituiu uma comissão de "alto nível" para elaborar um anteprojeto de Constituição e, depois de quase um ano de "trabalho", fizeram um trabalho que não mereceu sequer ser enviado à apreciação, nem do Congresso, nem de ninguém e, da nação, do bolso dos contribuintes, gastou-se uma montanha de dinheiro, viagens, passeios e até turismo de familiares das figuras "einentes" convidadas para compor a tal comissão.

Instalados os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, vimos então armar-se sobre as liberdades individuais, o direito de propriedade, as instituições privadas e tudo que significasse esforço de de-

envolvimento social e econômico promovido pela livre iniciativa, uma espécie de complô de uma minoria esquerdista retrógrada para apenas adorar uma maldita bandeira vermelha, com a foice e o martelo cruzados em sinal de ócio e que não fizeram nada pela grandeza da humanidade.

Assistimos, até agora, às mais carnavalescas extropias constitucionais para se formular uma nova carta e, como se não bastasse mais nada para fazer ou para dizer em termos de uma Constituição que prevê-se saia mais torta e emendada do que a em vigor, surgiu lá da Áustria, via CIMI — Conselho Indigenista Missionário, uma proposta de introdução na futura Constituição, emenda com 47 mil assinaturas, propondo a internacionalização da Amazônia, com os parques índios lá existentes sendo os verdadeiros donos das terras, nos seguintes termos: "O Brasil é uma República Federativa e plurinacional" e acrescentam um parágrafo

único à proposta: "Os membros das Nações Indígenas possuem nacionalidades próprias, distintas entre si e da nacionalidade brasileira sem prejuízo de sua cidadania brasileira".

Afinal, como se concebe que o CIMI, através da CNBB ou seja lá de quem for, se imiscua nos negócios da soberania nacional, através de documento alinhavado por estrangeiros que aqui não residem, que nunca aqui estiveram e que desejam nos comandar à distância, como se fôssemos um bando de ignorantes da pior espécie.

Vai ser comemorado com uma grande festa, em 1989, os 500 anos da introdução do cristianismo nas Américas Central e do Sul, já estando sendo preparada a visita do papa João Paulo II, que empreenderá assim uma nova tournê pelos Andes para ver de onde carregaram, há cinco séculos, montanhas de ouro e prata para construir o Vaticano.

Em 500 anos de história, de saques e usurpação de todos os mati-

zes, soubemos construir, assim mesmo, uma nação unida, onde sua comunidade fala uma única e exclusiva língua. Os 200 mil índios que ainda nos restam, tiveram uma extraordinária parcela incluída na comunidade regida pela miscigenação que se constitui a etnia brasileira.

Sabemos que uma maioria do Congresso Nacional Constituinte deseja uma constituição que seja um ordenador dos nossos princípios básicos de independência e nacionalidade. Uma minoria esquerdizante deseja nos levar rapidamente para os braços de Moscou e, estranho, Moscou morre de amores para cair nos braços dos norte-americanos. Que ironia! Por outro lado, 47 mil austríacos, que não sabemos quem são, que aqui não residem, que aqui não votam, que aqui não empregam suas economias, desejam a internacionalização de uma formidável área do território nacional, para poder explorar, como lhes convém, as riquezas da terra indígena.

Não temos por que acreditar, que desse rol de divergências tão cínicas possa sair algo duradouro. A Assembléia Nacional Constituinte não podia e não pode ser um instrumento político, mas um desaguadouro natural de nossas mais sérias aspirações.

O que desejam os comunistas fazer da livre iniciativa e do direito de propriedade é um escárnio tão grande, tão inconsequente, que não tem razão da maioria do nosso povo, que quer a liberdade e o respeito à dignidade humana, suportar tal acinte.

Vejam que vem de representantes da Igreja Católica, daqueles que iludem a boa fé pública dos brasileiros e de todo o mundo, há tantos anos, a proposta de internacionalização da Amazônia. Vejam o que aconteceria se fossem os norte-americanos autores de tal cretinice!

Uchôa de Mendonça